

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRADESPAR S.A., (BRADESPAR, Companhia ou CONTROLADORA), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, com sede na Avenida Paulista, São Paulo, Brasil.

As principais participações societárias diretas e indiretas são:

a) Antares Holdings Ltda. (ANTARES)

A ANTARES tem por objeto a administração, locação, compra e venda de bens próprios e a participação em outras sociedades como cotista ou acionista.

b) Brumado Holdings Ltda. (BRUMADO)

A BRUMADO tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

c) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)

A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que sejam permitidas por qualquer lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

d) Valepar S.A. (VALEPAR)

A VALEPAR é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto, exclusivamente, participar como acionista da Vale S.A. (VALE).

e) Vale S.A. (VALE)

A VALE é uma sociedade anônima de capital aberto que tem como atividades preponderantes, a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. Além disso, atua nos segmentos de energia, logística e siderurgia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as demonstrações contábeis da BRADESPAR (CONTROLADORA) e o CONSOLIDADO, que inclui as empresas BRADESPAR, ANTARES, BRUMADO e MILLENNIUM em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e também com base nos padrões internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e suas interpretações técnicas – ICPCs e orientações – OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Conforme Deliberação CVM nº 666/11, que aprovou para as companhias abertas, o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que prevê, no caso de controle compartilhado de uma entidade, no balanço individual de cada controlador em conjunto, a utilização do método da equivalência patrimonial, e nas demonstrações consolidadas, a utilização do método da equivalência patrimonial ou da consolidação proporcional, sendo que a BRADESPAR optou pelo método da equivalência patrimonial para as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, sendo apresentado o balanço patrimonial de forma comparativa com 31 de dezembro de 2010 e 1º de janeiro de 2010, conforme requerido pelo CPC 23. A adoção da opção anteriormente mencionada não ocasionou alterações no patrimônio líquido e resultado da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais diferem das IFRS, quando aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

A BRADESPAR é uma *Holding* que tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades e portanto não apresenta informações por segmentos.

Princípios de Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os saldos e transações da controladora e de suas controladas diretas e indiretas. Para a controlada de controle compartilhado, o investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

As práticas contábeis das controladas e das coligadas são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela controladora. As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações são eliminados.

As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR incluem as seguintes empresas controladas, direta e indiretamente:

Empresas	Participação direta e indireta da BRADESPAR (em %)	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
- Antares Holdings Ltda.	100,00	100,00
- Millennium Security Holdings Corp.	100,00	100,00
- Brumado Holdings Ltda.	100,00	100,00

A BRADESPAR avaliou os eventos subsequentes até 15 de março de 2012, data de aprovação das demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS – CONTROLADORA E CONSOLIDADO

I) MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da BRADESPAR.

II) ATIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

São demonstrados pelos valores de realização ou de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base “*pro rata*” dia), ajustados aos valores prováveis de realização, quando aplicável.

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante e no não circulante - realizável a longo prazo.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em fundos de investimento, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. O valor de mercado dos fundos de investimento é determinado com base no valor da cota do último dia do período, informada pelo administrador dos fundos.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

b) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Nesta categoria encontram-se o valor do principal e juros das ações preferenciais resgatáveis da Valepar. A composição dos recebíveis de ações resgatáveis está apresentada na Nota 8; e
- Disponíveis para venda - são ativos não derivativos registrados inicialmente pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelos valores justos por referência ao seu valor de mercado na data da demonstração contábil, em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. Nesta categoria encontram-se as ações da CPFL Energia S.A. (CPFL).

c) Investimentos

As participações nos investimentos em coligadas, controladas e controladas de controle compartilhado são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e, quando aplicável, acrescidas/deduzidas de ágio/deságio a amortizar e de provisão para perdas por redução ao valor recuperável – *impairment*.

A composição dos investimentos está apresentada na Nota 9.

d) Redução ao valor recuperável de ativos - *impairment*

A Companhia avalia a cada fim de período se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. No exercício de 2011 e de 2010, não houve perda por *impairment*.

III) PASSIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos (em base “*pro rata*” dia), quando aplicável.

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias:

- Pelo custo amortizado - são os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado, inicialmente são registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado; e
- Pelo valor justo por meio do resultado designados no reconhecimento inicial - são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado. Nesta categoria encontram-se as debêntures emitidas pela Companhia. A composição das debêntures está apresentada na Nota 10.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável, antes do imposto de renda, considerando à alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Nas operações de captação de recursos, através da emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são registradas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação.

IV) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam, totalmente, sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, integralmente, nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, estão apresentados na Nota 11.

V) APURAÇÃO DO RESULTADO

É apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento.

VI) LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). Não há fatores de diluição do lucro.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada na intenção da Administração, na data da aquisição dos títulos, em manter ou negociar tais títulos. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende de nossa classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes dos acordos de ações com acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título disponível para venda não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que possamos refletir a redução como despesa. Na avaliação, se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida.

Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso os modelos utilizados ou as suposições e estimativas forem inexatos.

Imposto de renda e contribuição social

A avaliação está relacionada à análise de nossos ativos e passivos fiscais diferidos e imposto de renda e contribuição social a pagar. Em geral, nossa avaliação exige que nós estimemos os valores futuros dos ativos fiscais diferidos e imposto de renda e contribuição social a pagar. A avaliação da possibilidade de que um ativo fiscal diferido possa ser realizado é subjetiva e envolve avaliações e suposições que são incertas em sua origem. A realização dos ativos fiscais diferidos está sujeita à alterações nas alíquotas fiscais futuras e ao desenvolvimento de nossas estratégias de planejamento tributário. As avaliações e suposições podem se alterar no decorrer do tempo como resultado de acontecimentos ou circunstâncias imprevistas, modificando o nosso julgamento ao determinar o valor de nossas obrigações fiscais.

Constantemente monitoramos e avaliamos o impacto sobre nossas obrigações com relação à novas leis tributárias, bem como novos eventos que poderiam afetar as avaliações e suposições de nossa análise sobre a possibilidade de realizar ativos fiscais diferidos.

É preciso julgamento significativo na determinação da probabilidade de uma posição sobre imposto de renda e contribuição social ser sustentada sob exame, mesmo depois do resultado de qualquer processo judicial ou administrativo relacionado, com base em méritos técnicos. Julgamento adicional é, então, requerido para determinar o valor do benefício elegível para reconhecimento em nossas demonstrações contábeis.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes da publicação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrem após a data das demonstrações contábeis, porém antes da sua publicação.

5. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

A Companhia elaborou suas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS com base nos pronunciamentos já emitidos pelo CPC e referendados pela CVM. Os pronunciamentos emitidos pelo IASB, e ainda não emitidos pelo CPC, portanto não referendados pela CVM, não serão adotados antecipadamente pela Companhia.

a) Pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos e/ou atualizados pelo CPC, adotados durante o exercício de 2011

CPC “00” (R1) - Pronunciamento conceitual básico - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro
 CPC 19 (R1) - Investimento em empreendimento controlado em conjunto (*Joint Venture*)
 CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos
 CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária
 CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis
 CPC 35 (R1) - Demonstrações separadas correlação às normas internacionais de contabilidade
 CPC 36 (R2) - Demonstrações consolidadas

b) Pronunciamentos e interpretações emitidos e/ou atualizados pelo IASB e ainda não referendados pela CVM, consequentemente, não adotados pela Companhia

IAS 01 - Apresentação das demonstrações financeiras
 IAS 19 - Benefícios a empregados
 IAS 28 - Investimentos em coligadas
 IFRS 09 - Instrumentos financeiros
 IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas
 IFRS 11 - Acordos em conjunto
 IFRS 12 - Divulgação de investimento em outras entidades
 IFRS 13 - Mensuração de valor justo

6. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para o planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

A BRADESPAR é uma empresa *holding* na qual a origem do resultado deve-se, basicamente, a equivalência patrimonial de suas controladas e controladas em conjunto. Portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional) e aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez).

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como, encontrar dificuldades em atender às necessidades do fluxo de caixa, devido a restrições de liquidez do mercado.

Para mitigar esse risco, possuímos registrado em nosso ativo, contas a receber de ações preferenciais resgatáveis com prazos de vencimentos escalonados para permitir a liquidação adequada dos passivos assumidos perante terceiros, inclusive as referidas ações fazem parte das garantias oferecidas na emissão das debêntures pela Companhia.

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito decorre de potenciais impactos negativos no fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais. Portanto, decorre, basicamente, de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito de contas a receber em aberto.

Consideramos baixo o risco de crédito de exposição originada por aplicações financeiras, uma vez que mantemos valores não significativos em aplicações, pois há constante distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio destinados aos acionistas ao longo do ano, além de liquidar os juros e/ou valores do principal das debêntures emitidas.

• Perfil de risco de contrapartes

A Companhia utiliza, basicamente, análise de risco de crédito qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, o tempo de relacionamento com a BRADESPAR, sua posição estratégica em seu setor econômico, sendo a VALEPAR, controladora da VALE, principal investimento mantido pela Companhia, que proporciona o principal fluxo de caixa.

De acordo com o risco de crédito de uma contraparte específica, a Companhia utiliza a estratégia de garantias corporativas como mitigação de risco de crédito. A Companhia controla os recebíveis para garantir que não há valores de principal ou juros não honrados pela contraparte.

Risco de mercado

A Companhia está exposta ao comportamento de alguns fatores de risco de mercado, que podem impactar seu fluxo de caixa, como o risco de mudanças no preço de ações, em razão de investimentos mantidos como disponíveis para venda e risco de taxa de juros devida a debêntures emitidas atreladas às taxas variáveis. A avaliação do potencial de impacto é feita periodicamente para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Companhia e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros.

Risco operacional

A gestão de risco operacional, que a BRADESPAR utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, se faz com a mitigação desse risco através da criação de controles e da melhoria constante dos controles já existentes.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro				
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional	5	11	788	841
Fundos de investimento financeiro	250.463	156.974	263.195	172.688
TOTAL	250.468	156.985	263.983	173.529

8. RECEBÍVEIS DE AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

Em 2008, a BRADESPAR subscreveu 23.724.193 ações preferenciais resgatáveis classe “C” emitidas pela VALEPAR, com as seguintes características:

- Não terão direito a voto nas assembleias gerais da VALEPAR, exceto nas hipóteses previstas em lei;
- Fazem jus a dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, desde 2009, correspondentes a uma taxa prefixada de 16% a.a.;
- São resgatáveis semestralmente entre 5 de maio de 2011 e 5 de novembro de 2015; e
- Não serão conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da Valepar.

Em 2009, a BRADESPAR vendeu para sua controlada indireta BRUMADO, 7.587.000 ações preferenciais resgatáveis classe “C”, permanecendo com 16.137.193 ações.

Em 2011, a BRADESPAR recebeu da VALEPAR o montante de R\$ 209.097, relativo ao resgate de 3.605.128 ações preferenciais. A BRADESPAR e sua controlada indireta BRUMADO possuem 20.119.065 ações preferenciais resgatáveis classe “C”.

Em 31 de dezembro de 2011, as ações preferenciais resgatáveis em poder da BRADESPAR e sua controlada indireta BRUMADO montam a R\$ 1.166.819 (31 de dezembro de 2010 e 1º de janeiro de 2010 - R\$ 1.375.916), sendo que R\$ 166.824 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 209.097) registradas no Ativo Circulante e R\$ 999.995 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 1.166.819 e 1º de janeiro de 2010 – R\$ 1.375.916) no Ativo não Circulante.

Os juros a receber das ações preferenciais resgatáveis da BRADESPAR e sua controlada indireta BRUMADO montam a R\$ 29.930 (31 de dezembro 2010 – R\$ 35.293 e 1º de janeiro de 2010 – R\$ 34.462).

9. INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, na Controladora, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a R\$ 2.071.854 (2010 – R\$ 1.701.683); e no Consolidado - R\$ 1.947.329 (2010 - R\$ 1.575.536).

b) As participações societárias diretas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial da BRADESPAR são demonstradas a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em mil)	Quantidade de Cotas Possuídas (em mil)	Participação no Capital Social %	Total dos Investimentos			Ajuste Decorrente de Avaliação (1)	
				ON			31.12.2011	31.12.2010	01.01.2010	2011	2010
ANTARES (4)	322.700	1.244.031	124.525	-	322.700	100,000	1.244.031	1.060.022	969.072	124.525	126.147
VALEPAR (2)											
(3) (4)	7.258.855	43.467.108	11.164.596	275.966	-	17,442	7.581.533	5.674.268	4.343.383	1.947.329	1.575.536
Total							8.825.564	6.734.290	5.312.455	2.071.854	1.701.683

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável;

(2) Controlada de Controle Compartilhado;

(3) O patrimônio líquido ajustado contempla o montante de R\$ 700.656, relativos à ajuste ao critério contábil da CONTROLADORA, referente ao prazo de amortização de ágios provenientes de expectativa de resultado futuro, cuja amortização deixou de ser efetuada a partir do exercício de 2009, conforme disposto pelo CPC 13; e

(4) A empresa teve suas informações referentes a 31 de dezembro de 2011 revisadas pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR.

c) Composição dos investimentos do Consolidado

Empresa	Total dos Investimentos			Ajuste Decorrente de Avaliação (1)	
	31.12.2011	31.12.2010	01.01.2010	2011	2010
- VALEPAR.	7.515.114	5.961.948	4.522.706	1.947.329	1.575.536
- VALEPAR - ajuste reflexo (2)	66.419	(287.680)	(179.323)	-	-
Total Geral	7.581.533	5.674.268	4.343.383	1.947.329	1.575.536

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável; e

(2) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e CPCs 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido.

10. DEBÊNTURES A PAGAR

Em 2009, a BRADESPAR efetuou a segunda emissão pública de 800.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), totalizando R\$ 800.000, sendo duas séries: (i) na primeira foram alocadas 140.000 debêntures, com vencimento em 361 dias; e (ii) na segunda foram alocadas 660.000 debêntures, com vencimento em 721 dias a contar da data de emissão. Os juros da primeira série foram correspondentes a 105,0% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, base 252 dias úteis, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até o final do período de capitalização e foram pagos junto com o principal em 2010, no montante de R\$ 152.873 e os juros da segunda série corresponderam a 108,0% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, base

252 dias úteis, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até o final do período de capitalização e foram pagos junto com o principal em 2011, no montante de R\$ 807.481.

Em 2011, a BRADESPAR efetuou a terceira emissão pública de 80.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 800.000, sendo duas séries: (i) na primeira série foram alocadas 29.000 debêntures, com vencimento em 366 dias a contar da data da emissão, ou seja, no dia 4 de julho de 2012; e (ii) na segunda série foram alocadas 51.000 debêntures, com vencimento em 731 dias a contar da data de emissão, ou seja, no dia 4 de julho de 2013. As Debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 103,8% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo" - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures. As debêntures da segunda série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 105,5% da Taxa DI, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, ambas calculadas desde a data de emissão até o final do período de capitalização, *pro rata temporis*. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo atualizado monta a R\$ 846.918.

11. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

- COFINS – R\$ 9.374 (2010 – R\$ 8.960): Pleiteia a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e
- Programa de Integração Social (PIS) - R\$ 2.031 (2010 – R\$ 1.941): Pleiteia a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos termos da Lei Complementar nº 7/70 (Pis Repique) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e Obrigações Legais

As empresas que compõem o CONSOLIDADO são parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da BRADESPAR entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I) Provisões

A BRADESPAR, por força do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações representativas do capital social da Bradesplan Participações Ltda. (BRADESPLAN), celebrado com o Banco Bradesco S.A. (BRADESCO) em maio de 2006, é responsável por processos judiciais tributários (PIS e COFINS) da ex-controlada BRADESPLAN, sendo constituída provisão fiscal no montante de R\$ 49.774, tendo sido revertidos R\$ 21.960, em função da decisão favorável transitada em julgado sobre processo da COFINS. Em 31 de dezembro de 2011, o valor atualizado era de R\$ 35.941 (2010 – R\$ 35.285).

II) Obrigações Legais

A BRADESPAR vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances

de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos seus assessores jurídicos.

As principais questões são:

- PIS E COFINS – R\$ 168.550 (2010 – R\$ 112.209): Pleiteia a não inclusão, nas bases de cálculos do PIS e da COFINS, dos juros sobre o capital próprio recebidos das investidas, por terem tais valores natureza jurídica de dividendos, cujos valores não sofrem tributação por tais exações; e
- COFINS – R\$ 10.098 (2010 – R\$ 9.609): Pleiteia calcular e recolher a COFINS, a partir de novembro de 2001 a janeiro de 2004, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.

III) Movimentação das Provisões e Obrigações Legais

	Em 31 de dezembro	
	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Saldo no início do exercício	158.541	120.953
Constituições líquidas de reversões	41.026	28.150
Atualização monetária	15.066	9.438
Saldo no final do exercício	214.633	158.541

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESPAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

A BRADESPAR é parte de um Procedimento Arbitral instaurado por iniciativa da Elétron S.A. (ELÉTRON) contra a Companhia e a Litel Participações S.A. (LITEL), no qual a ELÉTRON pede o reconhecimento de seu direito de (i) adquirir uma determinada quantidade de ações da VALEPAR, que não poderá exceder a 37.825.097 ações ordinárias; e (ii) ser indenizada por eventuais perdas e danos. Em 3 de outubro de 2011, o Tribunal Arbitral, com base na sentença parcial anterior, decidiu, por maioria, que a BRADESPAR e a LITEL estão obrigadas a: (i) proceder à venda de ações da VALEPAR à ELÉTRON, pelo valor de R\$ 632 milhões, que deverá ser corrigido pela UFIR-RJ, entre 12 de junho de 2007 e a data do efetivo pagamento; e (ii) recompor os dividendos e os juros sobre o capital próprio, distribuídos pela VALEPAR, a partir de 12 de junho de 2007, cujo montante, em 31 de dezembro de 2011, correspondia a aproximadamente R\$ 133 milhões, já corrigido pelo CDI. O pedido de indenização por perdas e danos foi rejeitado pelo Tribunal Arbitral. A Companhia ingressou com ação nulatória da sentença arbitral na comarca do Rio de Janeiro e considera que o valor da perda possível que poderia afetar suas demonstrações contábeis não deve ultrapassar a 2% de seu Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2011.

A ANTARES, controlada direta da BRADESPAR, foi autuada pela Receita Federal do Brasil, por ser sucessora de parcela cindida da VBC Participações S.A. (VBC), relativamente à compensação nesta empresa de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, quando de sua cisão total e, consequente, extinção, em montante superior à trava de 30% imposta pelos artigos 42 e 58 da Lei nº 8.981/95. O montante dessas autuações a valor de 31 dezembro de 2011 é de R\$ 127.994 para o imposto de renda e de R\$ 45.784 para a contribuição social sobre o lucro líquido (2010 – R\$ 121.787 para o imposto de Renda e de R\$ 43.564 para a contribuição social sobre o lucro líquido).

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro		
	2011	2010
Ordinárias	122.523.049	122.523.049
Preferenciais	227.024.896	227.024.896
Total	349.547.945	349.547.945

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 28 de abril de 2011 deliberou-se aumentar o capital social, no valor de R\$ 220.000, elevando-o de R\$ 3.000.000 para R\$ 3.220.000, mediante a capitalização do saldo da conta "Reservas de Lucros – Estatutária", sem emissão de ações.

b) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo estatuto social no reembolso do capital e adicional de 10% (dez por cento) de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, conforme disposto no inciso II do parágrafo 1º do Artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/01.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que, somados, correspondam, no mínimo, a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos propostos, relativos ao exercício de 2011, está demonstrado a seguir:

	R\$	% (1)
Lucro líquido do exercício	2.023.552	
(-) Reserva legal	(101.178)	
Base de cálculo ajustada	1.922.374	
Juros sobre o capital próprio pagos	253.000	
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados	65.000	
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(47.700)	
Juros sobre o capital próprio (líquido)	270.300	
Dividendos pagos	1.800	
Dividendos complementares provisionados	342.070	
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2011	614.170	31,95
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2010	535.690	31,95

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos aplicado sobre a base de cálculo ajustada.

Buscando o aprimoramento das práticas de Governança Corporativa, com o objetivo de conferir maior previsibilidade à remuneração dos acionistas, a BRADESPAR passou a adotar, a partir de 2006, Política Indicativa de Remuneração Anual Mínima, a ser distribuída na forma de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, com base nas perspectivas para o fluxo de caixa da Companhia, conforme segue:

- A Diretoria da Companhia anuncia até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, proposta a ser encaminhada ao Conselho de Administração para pagamento de remuneração mínima aos acionistas, estipulada em US\$ (dólar norte americano), em duas parcelas semestrais, até o dia 15 dos meses de maio e novembro;
- Os valores aprovados são convertidos em moeda corrente nacional, pela cotação do dólar de venda (Ptax-opção 5), divulgado pelo Banco Central do Brasil, do dia útil anterior ao da

realização das reuniões do Conselho de Administração, que tiverem deliberado sobre as declarações e pagamentos das referidas remunerações; e

- A Diretoria poderá ainda, propor ao Conselho de Administração, fundamentada em análise da evolução do fluxo de caixa da Companhia, a declaração e pagamento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio adicionais à remuneração mínima que vier a ser anunciada.

Em 13 de maio de 2011, a BRADESPAR pagou aos seus acionistas, a 1ª parcela da Remuneração Anual aos Acionistas, no valor de US\$ 204,139, superior a parcela mínima de US\$ 150,000, conforme segue:

- Juros sobre o Capital Próprio, no valor de R\$ 65.600, sendo o valor bruto por ação ordinária de R\$ 0,176225449 (R\$ 0,149791632 líquido do imposto de renda na fonte) e por ação preferencial de R\$ 0,193847994 (R\$ 0,164770795 líquido do imposto de renda na fonte); e
- Dividendos, no valor de R\$ 255.000, sendo R\$ 0,685022706 por ação ordinária e R\$ 0,753524977 por ação preferencial.

Em 14 de novembro de 2011, a BRADESPAR pagou aos seus acionistas, a 2ª parcela da Remuneração Anual aos Acionistas, no valor de US\$ 150,000, conforme segue:

- Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 253.000, sendo R\$ 0,679649979 (R\$ 0,577702482 líquido do imposto de renda na fonte) por ação ordinária e R\$ 0,747614978 (R\$ 0,635472731 líquido do imposto de renda na fonte) por ação preferencial; e
- Dividendos no valor de R\$ 1.800, sendo R\$ 0,004835454 por ação ordinária e R\$ 0,005319001 por ação preferencial.

c) Ações em Tesouraria

A BRADESPAR possui programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento. A Diretoria da Companhia está autorizada, pelo prazo de seis meses, a adquirir até 1.500.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 500.000 ordinárias e 1.000.000 preferenciais. As autorizações são renovadas semestralmente pelo Conselho de Administração.

13. TRIBUTOS A COMPENSAR OU A RECUPERAR E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

I) CONTROLADORA

- a) Os impostos a compensar e a recuperar referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos, no montante de R\$ 98.858 (2010 – R\$ 91.656).

b) Demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:

Exercícios findos em 31 de dezembro		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2011	2010
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	2.074.153	1.759.806
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(705.212)	(598.334)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	704.430	578.572
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	(9.388)	(8.720)
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(105.542)	(38.138)
Juros sobre o capital próprio (pagos)	108.324	86.836
Créditos tributários não ativados	(43.237)	(20.216)
Outros valores	24	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(50.601)	-

c) Créditos Tributários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os créditos tributários foram baixados, visto não ter expectativa de lucro tributável para os próximos períodos. Em 31 de dezembro de 2010, referiam-se a prejuízos fiscais de R\$ 24.682, base negativa de contribuição social de R\$ 9.552 e a diferenças temporárias de R\$ 768. Os créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2011, totalizavam R\$ 491.412 (2010 - R\$ 448.328).

II) CONSOLIDADO

a) Os impostos a compensar e a recuperar referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos, no montante de R\$ 112.305 (2010 – R\$ 112.240).

b) Demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:

Exercícios findos em 31 de dezembro		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2011	2010
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	2.087.022	1.785.598
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(709.587)	(607.103)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	662.092	535.682
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	(13.243)	(12.561)
Juros sobre o capital próprio/dividendos (recebidos e a receber)	(67.957)	(8.744)
Juros sobre o capital próprio (pagos)	108.324	86.836
Créditos tributários não ativados	(43.170)	(20.085)
Outros valores	71	183
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(63.470)	(25.792)

c) Créditos Tributários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os créditos tributários foram baixados, visto não ter expectativa de lucro tributável para os próximos períodos. Em 31 de dezembro de 2010, referiam-se a prejuízos fiscais de R\$ 24.682, base negativa de contribuição social de R\$ 9.552 e a diferenças temporárias de R\$ 768. Os créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2011, totalizavam R\$ 530.047 (2010 - R\$ 487.031).

14. RESULTADO FINANCEIRO

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita de aplicações financeiras	16.689	16.985	19.381	21.540
Variação no valor justo e juros sobre debêntures	(93.833)	(79.714)	(93.833)	(79.714)
Outros	(6.334)	(3.887)	(6.226)	(3.127)
Total	(83.478)	(66.616)	(80.678)	(61.301)

15. PARTES RELACIONADAS

- I) Os principais saldos e transações entre a BRADESPAR e suas controladas podem ser demonstrados como segue:

a) BRADESPAR

Em 31 de dezembro

	Ativo/(passivo)		Receitas/(despesas)	
	2011	2010	2011	2010
Dividendos de ações resgatáveis e juros sobre o capital próprio:				
- ANTARES	-	686	-	-
- VALEPAR	288.030	94.902	537.328	304.992
Ações resgatáveis				
- VALEPAR	729.773	935.870	-	-

b) ANTARES

Em 31 de dezembro

	Ativo/(passivo)		Receitas/(despesas)	
	2011	2010	2011	2010
Dividendos de ações resgatáveis e juros sobre o capital próprio:				
- BRADESPAR	-	(686)	-	-

c) BRUMADO

Em 31 de dezembro

	Ativo/(passivo)		Receitas/(despesas)	
	2011	2010	2011	2010
Dividendos de ações resgatáveis:				
- VALEPAR	11.287	11.287	73.680	79.370
Ações resgatáveis				
- VALEPAR	440.046	440.046	-	-

d) VALEPAR

Em 31 de dezembro

	Ativo/(passivo)		Receitas/(despesas)	
	2011	2010	2011	2010
Dividendos de ações resgatáveis e juros sobre o capital próprio:				
- BRADESPAR	(288.030)	(94.902)	(537.328)	(304.992)
- BRUMADO	(11.287)	(11.287)	(73.680)	(79.370)
Ações resgatáveis				
- BRADESPAR	(729.773)	(935.870)	-	-
- BRUMADO	(440.046)	(440.046)	-	-

II) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Administradores da BRADESPAR.

Para 2011, foi determinado o valor máximo de R\$ 3.500 para remuneração dos Administradores e de R\$ 2.500 para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo a administradores

Em 31 de dezembro		
	2011	2010
Proventos	3.264	2.443
Contribuição ao INSS	653	488
Total	3.917	2.931

Benefícios pós-emprego

Em 31 de dezembro		
	2011	2010
Planos de previdência complementar de contribuição definida	2.466	1.837

A BRADESPAR não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária na BRADESPAR:

Em 31 de dezembro		
	2011	2010
• Ações Ordinárias	0,6934%	0,6879%
• Ações Preferenciais	0,5661%	0,5444%
• Total de Ações	0,6107%	0,5947%

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos Instrumentos Financeiros é demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2011						
	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	250.468	-	250.468	263.983	-	263.983
Recebíveis de ações preferenciais resgatáveis	745.416	-	745.416	1.196.749	-	1.196.749
Ativo financeiro disponível para venda	-	-	-	-	1.315.098	1.315.098
Total dos Ativos	995.884	-	995.884	1.460.732	1.315.098	2.775.830

	Controladora			Consolidado		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivos Financeiros						
Debêntures a pagar	-	846.918	846.918	-	846.918	846.918
Outras obrigações	26.302	-	26.302	26.302	-	26.302
Total dos Passivos	26.302	846.918	873.220	26.302	846.918	873.220

Em 31 de dezembro de 2010

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	156.985	-	156.985	173.529	-	173.529
Recebíveis de ações preferenciais resgatáveis	959.876	-	959.876	1.411.209	-	1.411.209
Ativo financeiro disponível para venda	-	-	-	-	1.041.161	1.041.161
Total dos Ativos	1.116.861	-	1.116.861	1.584.738	1.041.161	2.625.899

	Controladora			Consolidado		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivos Financeiros						
Debêntures a pagar	-	760.530	760.530	-	760.530	760.530
Outras obrigações	26.833	-	26.833	26.833	-	26.833
Total dos Passivos	26.833	760.530	787.363	26.833	760.530	787.363

a) Ativos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos registrados em contas patrimoniais referem-se ao valor do principal e juros das ações preferenciais resgatáveis possuídas, direta e indiretamente, na VALEPAR e aos investimentos indiretos na CPFL. As ações preferenciais resgatáveis são avaliadas pelo custo amortizado, conforme nota 8 e os investimentos na CPFL são classificados em ativos financeiros disponíveis para venda a valor de mercado, com contrapartida no patrimônio líquido.

A BRADESPAR e suas controladas não possuíam operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros, que não estão vencidos, como também não tem evidências de perdas, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Nenhum dos ativos financeiros, totalmente adimplentes, foi renegociado no último exercício e nenhum dos valores registrados em contas a receber está vencido ou tem evidências de perdas.

b) Passivos Financeiros

Demonstramos a seguir, os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora e Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Total
Em 31 de dezembro de 2011			
Debêntures a pagar	306.882	540.036	846.918
Em 31 de dezembro de 2010			
Debêntures a pagar	760.530	-	760.530

c) Análise de Sensibilidade

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, apresentamos a seguir a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Fatores de Riscos	Definição	Cenários					
		31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(14)	(3.628)	(7.152)	(14)	(3.932)	(7.743)
Total		(14)	(3.628)	(7.152)	(14)	(3.932)	(7.743)

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima etc) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 30.12.2011 a taxa prefixada de 1 ano aplicada foi de 10,06% a.a.

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 30.12.2011 a taxa prefixada de 1 ano aplicada foi de 12,56% a.a. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 30.12.2011 a taxa prefixada de 1 ano aplicada foi de 15,07% a.a. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

17. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de ações preferenciais resgatáveis e outras obrigações, estejam compatíveis com seus valores contábeis. A BRADESPAR aplica CPC 40 (IFRS 7) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem, fundos de investimento financeiro e ativo financeiro disponível para venda, que são negociados em um mercado ativo.

Nível 2: Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem recebíveis de ações preferenciais resgatáveis e debêntures, incluindo as respectivas valorizações.

Nível 3: Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente, incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração.

As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos mensurados pelo valor justo:

Em 31 de dezembro de 2011

	Consolidado			
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Total (*)
Ativos Financeiros				
Ativo financeiro disponível para venda	1.315.098	1.315.098	-	1.315.098
Total dos Ativos	1.315.098	1.315.098	-	1.315.098
Passivos Financeiros				
Debêntures a pagar	846.918	-	846.918	846.918
Total dos Passivos	846.918	-	846.918	846.918

Em 31 de dezembro de 2010

	Consolidado			
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Total (*)
Ativos Financeiros				
Ativo financeiro disponível para venda	1.041.161	1.041.161	-	1.041.161
Total dos Ativos	1.041.161	1.041.161	-	1.041.161
Passivos Financeiros				
Debêntures a pagar	760.530	-	760.530	760.530
Total dos Passivos	760.530	-	760.530	760.530

(*) Não possuímos quaisquer ativos ou passivos para o Nível 3

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

- Valores a Receber, na CONTROLADORA, no montante de R\$ 269.554 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 71.822) e no CONSOLIDADO, no montante de R\$ 269.559 (2010 – R\$ 71.140) referem-se, substancialmente, à juros sobre o capital próprio a receber da VALEPAR;
- Outras Obrigações, na CONTROLADORA e no CONSOLIDADO referem-se, substancialmente, às frações de ações do grupamento deliberado na AGE de 30 de abril de 2004, que foram vendidas em leilão na BM&FBovespa, em 14 de julho de 2004, sendo que os valores foram creditados ou colocados à disposição dos acionistas, cujos valores montam a R\$ 25.614 (2010 – R\$ 25.676);
- Dividendos de Investimentos, referem-se a dividendos recebidos da CPFL, no montante de R\$ 64.801 (2010 – R\$ 75.167); e
- Despesas Gerais e Administrativas, na CONTROLADORA, referem-se à Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 6.566 (2010 – R\$ 4.784) e Outras Despesas Gerais e Administrativas, no montante de R\$ 9.323 (2010 – R\$ 10.850). No CONSOLIDADO, referem-se a Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 6.566 (2010 – R\$ 4.784) e Outras Despesas Gerais e Administrativas, no montante de R\$ 9.581 (2010 – R\$ 11.458).

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em reunião do Conselho de Administração de 27 de janeiro de 2012, deliberou-se a renovação do programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e, posterior, alienação ou cancelamento, mantendo as mesmas quantidades, sem redução do capital social e autorizou-se que a Diretoria da Companhia adquira até 1.500.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 500.000 ordinárias e 1.000.000 preferenciais, pelo prazo de seis meses; e
- Em 28 de fevereiro de 2012, a BRADESPAR anunciou a proposta para pagamento de remuneração mínima de US\$ 320 milhões aos acionistas para 2012, correspondente a US\$ 0.859636337 por ação ordinária e US\$ 0.945599971 por ação preferencial. O pagamento será feito em duas parcelas semestrais equivalentes a US\$ 160 milhões cada, nos dias 15 de maio e 14 de novembro de 2012, convertidas em moeda corrente nacional pela cotação do dólar de venda (Ptax-opção 5), divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia útil anterior ao da realização das reuniões do Conselho de Administração, previstas para os dias 26 de abril e 31 de outubro de 2012.

20. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS CONTROLADAS DE CONTROLE COMPARTILHADO

A BRADESPAR adotou o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R1), optando pela utilização do método da equivalência patrimonial. Caso a BRADESPAR optasse pela consolidação proporcional, os efeitos seriam proporcionais às respectivas participações nas controladas de controle compartilhado.

Os valores mencionados a seguir são os divulgados pelas empresas VALEPAR e VALE, não representando a parcela proporcional da BRADESPAR.

20.1. SUMÁRIO DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DAS CONTROLADAS DE CONTROLE COMPARTILHADO

Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado das principais empresas Controladas de Controle Compartilhado, direta e indiretamente, pela BRADESPAR, conforme divulgado pelas empresas:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO				
	VALE		VALEPAR	
	2011	2010	2011	2010
ATIVO				
Circulante	42.095.216	54.268.731	754.510	2.698.964
Não Circulante - Realizável a Longo Prazo	10.913.071	8.088.196	1.411.348	249.036
Não Circulante - Investimentos	10.917.110	3.944.565	51.564.506	39.908.578
Não Circulante - Intangível	19.752.321	18.273.788	-	-
Não Circulante - Imobilizado	158.105.394	130.086.834	-	-
TOTAL	241.783.112	214.662.114	53.730.364	42.856.578
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante	22.225.074	31.384.171	3.178.209	2.227.843
Não Circulante	72.867.671	66.951.081	6.384.514	7.395.869
Patrimônio Líquido	146.690.367	116.326.862	44.167.641	33.232.866
TOTAL	241.783.112	214.662.114	53.730.364	42.856.578
Participação - Direta e Indireta	5,94%	5,81%	17,44%	17,44%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
	VALE		VALEPAR	
	2011	2010	2011	2010
Receita de Vendas, Líquida	103.195.407	83.225.006	-	-
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(40.488.870)	(33.756.067)	-	-
Lucro Bruto	62.706.537	49.468.939	-	-
Receitas (Despesas) Operacionais	(9.567.586)	(8.978.903)	(304.691)	(158.052)
Resultado Financeiro Líquido	(6.622.546)	(2.762.529)	(1.220.126)	(1.315.478)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(51.527)	(48.080)	12.691.790	9.954.038
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	46.464.878	37.679.427	11.166.973	8.480.508
Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.064.654)	(7.035.459)	(2.502)	-
Resultado das Operações Descontinuadas	-	(222.276)	-	-
Lucro Líquido	37.400.224	30.421.692	11.164.471	8.480.508
Lucro Líquido Atribuído aos Acionistas da Controladora	37.813.723	30.070.051	11.164.471	8.480.508
Lucro Líquido Atribuído aos Acionistas não Controladores	(413.499)	351.641	-	-

A VALE é uma sociedade por ações de capital aberto e, por consequência, arquiva suas informações trimestrais junto à Comissão de Valores Mobiliários. Desta forma, informações detalhadas sobre essa Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010, podem ser obtidas diretamente junto à CVM, através do site www.cvm.gov.br.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente

Antônio Bornia

Membros

Mário da Silveira Teixeira Júnior
João Aguiar Alvarez
Denise Aguiar Alvarez
Luiz Carlos Trabuço Cappi
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto

Conselho Fiscal

Efetivos

Ariovaldo Pereira
João Batista de Moraes
Olídio Aralde Junior

Suplentes

Marlos Francisco de Souza Araújo
Paulo Ricardo Satyro Bianchini
Sergio Nonato Rodrigues

Diretoria

Diretor-Presidente

João Moisés de Oliveira

Diretor

Renato da Cruz Gomes

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC 1SP218369/O-0